

Economia

AGRONEGÓCIOS

Troca de comando na SFA/RS frustra fiscais

Servidores da Superintendência do Ministério da Agricultura farão manifestação contra nomeação de Luciano Maronezi

Marina Schmidt

marina@jornaldocomercio.com.br

Nesta quinta-feira, foi publicada, no Diário Oficial da União, a exoneração do médico veterinário Roberto Schroeder da chefia do Superintendência Federal da Agricultura do Rio Grande do Sul (SFA/RS). A notícia de sua saída foi mal recebida pelos fiscais federais agropecuários, especialmente pela nomeação, para ocupar seu lugar, de Luciano Maronezi, nome desconhecido pelos servidores.

Schroeder, médico veterinário e servidor do Ministério da Agricultura há mais de 10 anos, havia assumido o comando da SFA/RS em junho do ano passado, após o superintendente Francisco Signor, que ocupava o cargo havia 12 anos, ter sido exonerado depois de ser indiciado pela Polícia Federal (PF) pelos crimes de corrupção passiva e ativa e formação de quadrilha.

Segundo a PF, foram desvia-

dos pelo menos R\$ 20 milhões da Superintendência. Schroeder fazia parte de uma lista de seis nomes sugeridos à ministra Kátia Abreu pelos próprios servidores da SFA/RS.

Sem atuação nas mesmas esferas dos técnicos da pasta, Maronezi desponta como mais uma indicação política na visão dos servidores de carreira. O novo superintendente é filiado ao PTB, já foi secretário de Meio Ambiente, Minas e Energia da prefeitura de Nova Alvorada e concorreu às eleições como vice-prefeito do mesmo município.

Schroeder, que desde a nomeação deu início a uma gestão mais alinhada às práticas e necessidades dos funcionários de carreira, recebeu a notícia com surpresa. “Fiquei sabendo na quarta-feira, às 18h, mas eu tinha esperança de que seria indicado o nome de algum colega”, afirma. “Qualquer colega contaria com todo o meu apoio e dedicação. Tem gente competente,



Roberto Schroeder recebeu com surpresa notícia de sua exoneração

sem dúvida, para assumir essa posição. Não sou insubstituível.”

Ao verificar que a indicação contrariava essa prerrogativa, insistentemente defendida pelos fiscais federais, Schroeder estranhou. “É alguém que nunca tramitou nos meios em que a gente circula.” O nome sugeri-

do contraria, inclusive, as posições defendidas pela ministra da Agricultura, Kátia Abreu. “Participamos de uma videoconferência nesta semana em que a própria ministra afirmou que o sonho dela é que as superintendências sejam comandadas por cargos técnicos. Mas a maioria

dos quadros no comando das superintendências no País não são técnicos”, elucida.

A Delegacia Sindical no Rio Grande do Sul do Sindicato Nacional dos Fiscais Federais Agropecuários (DS-RS Anffa Sindical) decidiu realizar mobilização de 24 horas, na próxima segunda-feira, em protesto contra a exoneração de Roberto Schroeder. As atividades ocorrerão em todo o Estado, inclusive em frigoríficos e no porto do Rio Grande. “A SFA/RS foi comandada por 12 anos por uma nomeação política desastrosa, tal qual a realizada agora”, critica a delegada sindical Consuelo Paixão Côrtes.

A reportagem do **Jornal do Comércio** questionou o Ministério da Agricultura sobre a mudança. Em resposta por e-mail, o ministério comunicou que “ainda não tem posicionamento sobre o assunto”. Foi tentado também contato com Luciano Maronezi, por celular, sem sucesso até o fechamento da edição.

Produtores de arroz pressionam por linha de crédito

Uma comitiva do Rio Grande do Sul esteve em Brasília nesta quinta-feira para negociar ajuda aos produtores de arroz prejudicados pelas fortes chuvas do final do ano passado. A principal reivindicação é a abertura de uma linha de crédito especial para os agricultores que tiveram perdas e estão descobertos.

Apesar de reforçar a pressão junto ao governo federal, o setor admite que o pedido pode esbarrar no ajuste fiscal. “O Ministério da Agricultura é solidário à nossa proposta, mas fatalmente dependerá de uma mobilização política importante, porque as restrições de orçamento estão se impondo a todas as áreas”, afirmou o presidente da Federação das Associações de Arrozeiros do Estado do Rio Grande do Sul (Fedarroz-RS), Henrique Dornelles.

A delegação gaúcha apresentou números aos técnicos do ministério. De acordo com dados do Instituto Rio-Grandense do Arroz (Irga), os alargamentos atingiram 14% da área total cultivada no Estado, de cerca de 1 milhão de hectares. Mais de 2 mil lavouras foram castigadas, basicamente na Fronteira-Oeste e na Região Central. Além disso, em 3,6% da área, ou 39 mil hectares, houve perdas consolidadas. Segundo Dornelles, os problemas ocasionaram em até 700 mil toneladas perdidas, o que representa um prejuízo de R\$ 500 milhões. Ele esclarece que a linha de crédito pleiteada não precisaria chegar a este valor, já que atenderia somente os produtores que estão “totalmente desamparados”.

São aqueles que não se enquadram no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), não poderão buscar o

alongamento normal de suas dívidas previsto no Manual do Crédito Rural (MCR), e tampouco têm seguro rural contratado. “Ainda estamos mapeando para saber exatamente quantos produtores de fato precisariam da linha de crédito”, explicou. Ele defende que o prazo de pagamento seja de 8 a 10 anos.

Os integrantes da comitiva querem continuar a negociação no fim deste mês, quando esperam receber no Estado o secretário de Política Agrícola, André Nassar, ou a própria ministra da Agricultura, Kátia Abreu, na abertura oficial da colheita do arroz, que ocorrerá na cidade de Alegrete entre 18 e 20 de fevereiro. “Queremos que eles estejam na abertura da colheita, mas não esperamos uma resposta sobre a linha de crédito na ocasião. Sabemos que vai demorar, que depende do Planejamento e da Fazenda”, disse Dornelles.

O secretário da Agricultura do Rio Grande do Sul, Ernani Polo, que integrou a delegação gaúcha que esteve em Brasília, disse que, nos próximos dias, será formulado um documento oficial com as reivindicações do setor, para entregar preferencialmente à ministra Kátia Abreu na abertura da colheita.

Por enquanto, a percepção é de que o governo reconhece a importância de evitar uma queda na área plantada no Rio Grande do Sul - que é o maior produtor nacional do cereal -, mas que a atual situação vivida pelo Brasil pode ser um empecilho para se chegar a um acordo. O Banco do Brasil seria provavelmente o agente financeiro responsável por operar a linha de crédito, mas os recursos teriam de sair do Tesouro.

Ministério vai debater com as cooperativas mercado para trigo

O Ministério da Agricultura deve enviar técnicos e pesquisadores ao Rio Grande do Sul para viabilizar e apresentar um estudo de mercado, tanto interno quanto externo, para sustentar ao agricultor quais os melhores caminhos para o trigo não destinado para a panificação. A reivindicação foi feita pela Federação das Cooperativas Agropecuárias do Rio Grande do Sul (Fecoagro/RS) em reunião, nesta quinta-feira, em Brasília, com o secretário de Política Agrícola do ministério, André Nassar.

O diretor executivo da Federação das Cooperativas Agropecuárias do Rio Grande do Sul, Sérgio Feltraco, lembra que a liquidez das últimas safras se deu pela presença do fator de

negociação para a exportação do cereal.

Feltraco avalia que os custos de produção do trigo não serão alcançados pelo valor do preço mínimo, que, no último período, foi de R\$ 34,98 a saca de 60 quilos para a variedade tipo pão, mesmo que este seja reajustado em 10%. “Com isso, o viés que se observa nos últimos anos com a ferramenta da exportação nos acende o questionamento de que precisamos entrar firmes nestes mercados para sermos um player atuante e não eventual.”

O diretor adverte que, para a implantação do modelo, não é necessário que produtores e cooperativas que já trabalham com a integração da panificação mudem de estratégia.

DECLARE GUERRA AO CUSTO

Use Ensino à Distância para reduzir seus gastos com treinamento e capacitação de colaboradores.

Conte com o EAD do Grupo Spina.

GRUPO SPINA

SPINA ead

(51) 3010.7000
ead@grupospina.com